

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.050 - MT (2019/0295876-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : **RONY DE ABREU MUNHOZ E OUTRO**
ADVOGADOS : **RONY DE ABREU MUNHOZ - MT0119720**
: **MICHAEL CESAR BARBOSA COSTA - MT0270880**
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO**
PACIENTE : **WILTON RODRIGUES BARACHO (PRESO)**

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de WILTON RODRIGUES BARACHO apontando como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (HC n. 1029852-23.2019.4.01.0000).

Depreende-se dos autos que foi decretada a prisão preventiva do paciente, acusado de integrar organização criminosa voltada precipuamente para a prática de crimes contra a Administração Pública, notadamente fraudes em licitações.

Impetrado prévio *writ* na origem, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 155/156).

Daí a presente impetração, na qual a defesa sustenta não ser necessária a imposição da segregação cautelar, além de ressaltar que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Além disso, afirma não haver contemporaneidade entre os fatos que lhe são imputados e a decretação da prisão.

Requer, liminarmente, seja determinada a expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

É, em síntese, o relatório.

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada de que não cabe *habeas corpus* impetrado ante decisão que indefere liminar, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade (enunciado 691 da Súmula do STF), o que não ocorre na espécie.

A propósito:

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA INDEFERIMENTO DE LIMINAR NO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUMULA 691/STF. COMPETÊNCIA DESTA CORTE QUE AINDA NÃO SE INAUGUROU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE PROVA DO ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Não cabe habeas corpus perante esta Corte contra o indeferimento de liminar em writ impetrado no Tribunal de origem. Aplicação da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal.

[...]

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 349.925/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/3/2016, DJe 16/3/2016.)

AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO INDEFERIDA LIMINARMENTE. SÚMULA 691/STF. AUSÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE CONTRAMANDADO DE PRISÃO TEMPORÁRIA. PACIENTE NO EXTERIOR. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem compreensão firmada no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere o pleito liminar em prévio mandamus, a não ser que fique demonstrada flagrante ilegalidade, o que não ocorre na espécie. Inteligência do verbete n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, não se observa manifesta ilegalidade na decisão que indeferiu o pleito liminar no prévio mandamus, tampouco na decisão primitiva. Na espécie, não há nos autos informações comprobatórias de que todas as diligências requeridas foram cumpridas, valendo ressaltar, ainda, que o decreto prisional, expedido no bojo da mesma decisão, não se efetivou porque o paciente não teria sido localizado, porquanto "potencialmente" estaria no exterior.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 345.456/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/2/2016, DJe 24/2/2016.)

A questão em exame necessita de averiguação mais profunda pelo Tribunal estadual, que deverá apreciar a argumentação da impetração e as provas juntadas ao *habeas corpus* no momento adequado.

Sem isso, fica esta Corte impedida de analisar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e de incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Conforme consta da decisão atacada, "*há indícios relevantes de que a*

Superior Tribunal de Justiça

organização criminosa, da qual faz parte Wilton, Gaspar e Marcelo, não se restringe ao município de Confresa, e ainda se encontra em atividade" (e-STJ fl. 151), a indicar a existência de contemporaneidade, ao contrário do que alega a defesa.

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente o habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

